



O que se oferta neste livro é a oportuna adequação no modo de se promover o controle da Administração Pública no Brasil, reinventando-se o enfrentamento à corrupção e estimulando a eficiência dos governos e gestores públicos no cumprimento dos seus compromissos com o bem comum. É o fruto do trabalho de colegas ligados ao controle externo – servidores do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e do Ministério Público Estadual – que creem e têm a esperança de que o que escreveram pode mudar para a melhor a vida das pessoas. O tema não foi escolhido sem reflexão, numa perspectiva de importância dada apenas pelos autores, ultrapassada pelo tempo e sem espaço para a motivação, mas antes carrega um sentimento de responsabilidade e dever capaz de mobilizar as melhores energias das instituições e das pessoas em permanente luta contra os “sanguessugas do Brasil”. Ao defender a cooperação, integração e interdependência dos papéis institucionais em favor do controle expresso na Constituição, um modelo sistêmico de controle da Administração Pública, argumenta-se que nenhum esforço será excessivo ou exagerado em razão do propósito coletivo do trabalho, todos fazendo mais, melhor e gastando menos em favor do país. Fazer a coisa certa em busca de esperança para todos que aspiram a liberdade, a fraternidade e a igualdade, um Brasil melhor e mais justo, significa promover e cultivar o espírito das leis, especialmente o da Constituição, resistindo e irresignando-se com virtude e justiça.

José Inaldo de Oliveira e Silva  
Rômulo Paulo Cordão

**INTELIGÊNCIA  
INSTITUCIONAL  
PARA O CONTROLE  
DA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA BRASILEIRA**

**Reinventando o combate à  
corrupção e estimulando a  
eficiência dos governos**

*Prefácios*

Olavo Rebelo de Carvalho Filho  
Marco Aurélio Adão  
Leonel Alves de Melo

**Área específica**

DIREITO ADMINISTRATIVO.

**Áreas afins**

DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO PÚBLICO,  
DIREITO FINANCEIRO, DIREITO PENAL,  
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E  
DIREITO PROCESSUAL PENAL.

**Público-alvo/consumidores**

PROFISSIONAIS RELACIONADOS À  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ESPECIALMENTE,  
AO SEU CONTROLE, GOVERNANTES, GESTORES,  
ADVOGADOS, PROCURADORES E PROMOTORES  
DE JUSTIÇA, BACHARÉIS EM DIREITO,  
ESTUDANTES E DEMAIS ESTUDIOSOS DO TEMA  
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm  
CÓDIGO: 10003119

S586i Silva, José Inaldo de Oliveira e  
Inteligência institucional para o controle da Administração Pública brasileira: reinventando o combate à corrupção e estimulando a eficiência dos governos / José Inaldo de Oliveira e Silva, Rômulo Paulo Cordão. – Belo Horizonte : Fórum, 2022.  
156 p. : il. ; 14,5cm x 21,5cm.

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-65-5518-305-4

1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional. 4. Direito Público. 5. Direito Financeiro. 6. Direito Penal. 7. Direito Processual Civil. 8. Direito Processual Penal. I. Título.

2021-4144

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SILVA, José Inaldo de Oliveira; CORDÃO, Rômulo Paulo. *Inteligência institucional para o controle da Administração Pública brasileira: reinventando o combate à corrupção e estimulando a eficiência dos governos*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 156 p. ISBN 978-65-5518-305-4.

**José Inaldo de Oliveira e Silva** é Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e em Direito pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), especialista em Controles da Administração Pública pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina (CEUT) e mestre em Agronomia pela UFPI. Já foi bancário e policial rodoviário federal; hoje, é Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, onde é o responsável pela unidade de informações estratégicas e combate à corrupção. Tem cursos nas áreas de Receita e Despesa Pública, Planejamento Governamental, Contabilidade Geral, Contabilidade Pública, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Licitações e Contratos Públicos, Planejamento Estratégico, Gestão Governamental, Gestão Financeira Municipal, Gestão e Fiscalização de Contratos de Obras e Serviços de Engenharia, Gestão e Liderança, Análise de Dados, Inteligência e APG Sênior.

**Rômulo Paulo Cordão** é Graduado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2003) e especialista em Direito Processual e em Prevenção e Combate à Corrupção. Fez os cursos de Inteligência e Contraineligência pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), de Produção de Conhecimento pela Escola Militar do Rio de Janeiro e de Combate a Máfia e Terrorismo pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata – Roma, Itália. É Promotor de Justiça de Última Entrância do Ministério Público do Estado do Piauí, onde atuou por quase cinco anos como coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO), no qual coordenou quase três dezenas de operações. Foi professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), do curso de pós-graduação em Ciências Criminais da UNINASSAU e de diversos cursos preparatórios para concursos públicos, além de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça da Paraíba e Delegado de Polícia Civil da Paraíba. Também já proferiu diversas palestras em universidades e órgãos públicos acerca do fenômeno das organizações criminosas.

PREFÁCIO	
<b>Olavo Rebelo de Carvalho Filho</b> .....	11
PREFÁCIO	
<b>Marco Aurélio Adão</b> .....	13
PREFÁCIO	
<b>Leonel Alves de Melo</b> .....	15
APRESENTAÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1	
SINOPSE SOBRE A DOCTRINA DA INTELIGÊNCIA NO BRASIL .....	19
1.1 Aspectos gerais.....	19
1.2 Doutrina nacional da atividade de inteligência: pontos importantes.....	24
CAPÍTULO 2	
A INTELIGÊNCIA INSTITUCIONAL PARA O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	33
2.1 Entendendo a inteligência institucional.....	34
2.2 A inteligência no âmbito dos Tribunais de Contas.....	36
2.3 A inteligência patrocinada pela CGU.....	42
2.4 A inteligência nos Ministérios Públicos .....	43
2.5 A inteligência das polícias judiciárias e ostensivas.....	45
2.5.1 A inteligência das polícias judiciárias.....	45
2.5.2 A inteligência das polícias ostensivas.....	47
2.6 A inteligência inserta no controle social.....	49
CAPÍTULO 3	
A CORRUPÇÃO NO BRASIL.....	51
Introdução.....	51
3.1 O Índice de Percepção da Corrupção .....	53
3.2 A corrupção do Brasil e dos brasileiros .....	55
3.3 Organizações criminosas na dimensão pública da corrupção....	58
3.4 Corrupção e lavagem de dinheiro: a importância desse nó .....	60
3.5 Mecanismos anticorrupção .....	62
3.5.1 Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) .....	64
CAPÍTULO 4	
O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL .....	67
CAPÍTULO 5	
CONTROLES: MODELOS MAIS ADEQUADOS, APLICAÇÕES MAIS INTELIGENTES .....	75
5.1 O que efetivamente importa no controle.....	76
5.2 Participação cidadã no controle da Administração Pública .....	78
5.3 Controles mais adequados .....	79
5.4 Controle da Administração Pública: aplicações “inteligentes” ..	82

## CAPÍTULO 6

O CONTROLE FUNDADO NA INTELIGÊNCIA INSTITUCIONAL: INTEGRAÇÃO, COOPERAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA DE PAPÉIS	87
--	----

## CAPÍTULO 7

REFAZENDO O MODO DE SE ENFRENTAR A CORRUPÇÃO	97
7.1 O enfrentamento à corrupção pública	98
7.2 O enfrentamento à corrupção nas suas dimensões cultural, ética e comportamental	102

## CAPÍTULO 8

A REVOLUÇÃO DA EFICIÊNCIA: PROJETO PARA UM PAÍS MELHOR	107
---	-----

## CAPÍTULO 9

ATUAÇÃO EM REDE NA REPRESSÃO À CORRUPÇÃO NO ESTADO DO PIAUÍ	111
9.1 Considerações iniciais	111
9.2 A legitimidade investigativa do Ministério Público	114
9.3 Planejamento e estruturação da investigação ministerial – fazendo na prática	116
9.3.1 Delimitação do objeto investigativo	116
9.3.2 Busca de dados e informações em fontes abertas, tratamento dos dados e descarte de hipóteses	117
9.3.3 Do sigilo da investigação: acesso dos advogados e investigados	120
9.3.4 Busca do dado negado e análise	121
9.3.5 Separação de alvos da investigação em núcleos	122
9.3.6 Busca, apreensão e cadeia de custódia	124
9.3.7 Busca conjunta	125
9.3.8 <i>Briefing</i> e buscas	128
9.3.9 Análises pós-operação: pontos importantes	128
9.3.10 Facilitando a análise do contexto probatório para o magistrado	130
9.4 A Operação Escamoteamento – apertada síntese	131
9.5 A Operação <i>Il Capo</i> – apertada síntese	135
9.6 Nova lei de licitações: inovações importantes para a repressão à corrupção	145
9.7 A investigação patrimonial como corolário obrigatório da investigação criminal	146
REFERÊNCIAS	151